

Casa Muss-amb-iki - A viagem como elemento catalisador dum processo museológico

Pedro Pereira Leite¹

Resumo

Este artigo faz um balanço da investigação do nosso projecto de doutoramento: A construção dum processo museológico na cidade de Moçambique. É constituído por 3 pontos: As expedições no Cenário Museal, A condição Humana e o Lugar do Outro e O Compromisso museológico. O primeiro faz uma leitura crítica à proposta metodológica de Cristina Bruno. O segundo ponto, relata o nosso confronto com o objecto de investigação. É um confronto com o espaço, com as gentes que o habitam e com as suas memórias. No terceiro ponto apresentamos a chave metodológica que nos permitiu desconstruir as leituras mnemónicas e avançar para uma proposta preliminar de construção dum processo de museológico.

Palavras-Chave: Viagens Museológicas; Museus de Moçambique; Processos Museológicos Investigação-Acção; Memória Pós-colonial.

¹ Universidade Lusófona de Lisboa. Doutorando em Museologia.

As expedições no Cenário Museal²

Em “As expedições no Cenário Museal³” Cristina Bruno propôs-nos uma reflexão sobre o papel que a expedição desempenha da construção de elos de sentido patrimonial, muitos deles valorizados e preservados pelos museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições do saber, nos mais diversos contextos e territórios. *“A idealização de rotas, a preposição de percursos para esquadriñar, investigar, explorar, proteger, dominar, propiciando a realização de colectas de espécimes de natureza, de artefactos e de outras expressões culturais, são acções que se entrelaçam nas raízes do coleccionismo e na origem de muitos museus. É impossível reflectir sobre os antecedentes das expedições sem abordar algumas características que evidenciam a singularidade no cenário museal e o seu comprometimento com a formação de acervos e colecções.* (op.cit, 36). Coleccionar implica portanto uma operação de selecção de objectos significativos, num dado tempo e conservados num dado espaço. Essa operação constrói uma narrativa, um percurso, que é simultaneamente condicionado por quem opera e pelo universo dos objectos possíveis de coleccionar num determinado espaço.

Integrada na discussão da historicidade dos fenómenos museológicos o estudos dos museus tem vindo, segundo Cristina Bruno, nos últimos anos do século XX a ser orientados por três perspectivas. A primeira, mais técnica, orientada para a reflexão dos problemas que envolvem o trabalho de preservação e conservação de colecções e acervos, bem como de todas as actividade inscritas

² Este ponto do artigo foi parcialmente utilizado na nossa intervenção “**Casa Muss-amb-iki** : (esboço dum processo museológico para a Ilha de Moçambique: efectuado no “Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola”, realizado em 13 de Outubro de 2009, na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto, numa organização da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esse artigo mostrou os resultados da “viagem” pelos museus de Lisboa em busca da herança africana.

³ Expedição São Paulo 450 anos: Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo 2004, pp. 36-47

na cadeia operatória dos procedimentos museográficos. A segunda, mais reflexiva inscreve-se no âmbito da análise das razões dos processos museológicos e das especificidades que as instituições museológicas desempenham no contexto sócio cultural. A terceira e última perspectiva, que segundo Bruno, complementa as duas anteriores, relaciona-se com o levantamento histórico das origens das colecções e das especificidades institucionais.

Esta última abordagem permite uma operação holística do facto museológico, integrando a herança patrimonial nas dinâmicas socioculturais da comunidade. No âmbito desta última perspectiva metodológica, afirma Cristina Bruno que se podem observar as mentalidades que presidiram à constituição dos museus, a sua evolução ao longo dos anos, e revelar os princípios que nortearam as instituições museológicas, sobretudo os sentidos das escolhas patrimonialmente relevantes em cada tempo. Através destas análises podemos identificar os processos de ruptura epistemológica que os processos museológicos têm vindo a sofrer. *“São estudos que caracterizados pela busca de princípios que norteiam as lógicas das instituições, que pontuam as estruturas de longa duração relativas às funções sociais dos processos de musealização e, também, que analisam as rupturas que vêm incentivando novos modelos de musealização”*. (ibidem).

Esta metodologia da análise da historicidade do fenómeno museológico a partir da constituição de acervos permite uma visão crítica dos mesmos abrindo um campo de possibilidades aos actuais museus para que se constituam como centros de saber, de valorização territorial e de atracção cultural. Essa postura permite considerar o museu como um vector de desenvolvimento estratégico da comunidade. *“ Considera-se hoje, que estes lugares, para a “administração da memória” são por um lado, fóruns para a negociação cultural e, por outro, podem ainda ser considerados “a sede cerimonial do património onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemónicos o organizam”* (ibidem). Nesta

última abordagem recorre a Nestor Garcia Canclini⁴ quando este autor se interroga sobre a possibilidade da existência de museus nacionais após a crise do nacionalismo. Mais à frente voltaremos a este ponto.

A visão destes estudos, conforme salienta Cristina Bruno, permite revelar a importância das expedições, das viagens e das missões, como **“razões impulsionadoras da formação de instituições museológicas”** (op.cit 37). A autora faz um bosquejo da história da formação de várias das colecções museológicas que tiveram origem em expedições. O interesse destas colecções é semiófero⁵. *“Pode-se afirmar que os fenómenos museológicos são o resultado do entrelaçamento entre os indicadores de memória transformados em bens patrimoniais e a sociedade contemporânea permeada, como em outros períodos, pela necessidade de dominar, rememorar, comemorar e deixar as suas marcas.”* (op.cit, 37)

E prossegue *“É consenso que um museu, qualquer que seja, deve responder a uma questão fundamental: o que é a condição humana?”* ⁶ *As respostas a esta questão têm moldado instituições com diferentes perfis, mas sempre ancoradas nas potencialidades dos acervos identificados, organizados e protegidos. É fundamental entender quais são as estratégias utilizadas pela sociedade para a constituição das suas colecções, como os cidadãos seleccionaram*

⁴ CANCLINI, Nestor, Garcia, (2008), **Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade**, São Paulo, ed. SUP, p 169

⁵ Semiófero significado literal Alferes, Porta-Bandeira. Significado implícito mnemónico. Objectos sem utilidade prática mas com significado simbólico. (Ver Enciclopédia Enaudí, nº 1, Memória-História, Lisboa, INCM, 1997,

⁶ Pergunta feita por Neil Postman, na XV Conferência Internacional dos Museus, Haia, 1989. Está também o título da obra de André Malraux, (1933) ,La Condition Humaine, Paris, edição Portuguesa Lisboa, Livros do Brasil, (1964), onde o autor exprime uma visão sobre a acção do homem e do seu destino. Uma humanidade confrontada com a solidão e com a morte, que no encontro com a fraternidade, o sacrifício, a esperança e o amor lhe permite recriar uma nova visão da sua própria humanidade. No fundo o autor retrata a experiência do confronto do indivíduo com o outro, operação que lhe permite reconstruir-se a si mesmo. O museu torna-se assim o local onde cada um se reencontra consigo mesmo na totalidade que transporta. Cada museu deverá, mais do que ser uma galeria de objectos, ser um espaço de interrogação sobre o sentido do ser, do estar e do fazer

os seus referenciais patrimoniais, quais são as principais atitudes que têm impulsionado a colecta e a guarda de indicadores de memória, entre muitas outras inquietações” (ibidem).

A viagem, como busca duma resposta para esta inquietação genética torna-se uma das formas privilegiadas de constituição de colecções museológicas ao longo dos séculos. *“As rotas, os roteiros e os percursos, concebidos, realizados em nome das mais diferentes razões, têm justificado a origem de grandes contingentes de património musealizado.” (ibidem).*

Foram as viagens que permitiram multiplicar os acervos e os ressignificados das exposições. Foram as viagens que permitiram a multiplicação dos saberes. Foram também elas que permitiram compreender a importância do respeito pelo outro, pelos seus objectos e pela sua cultura. É a partir do reconhecimento da cultura do outro que se criaram normas de conduta e de protecção do património cultural; (que inclui questões como diversidade cultural, a polaridade erudito/popular, a tensão entre a tradição e a inovação, o uso de recursos naturais, os símbolos nacionais). Esse reconhecimento levou à constituição de convenções internacionais e recomendações para a conservação e preservação de patrimónios da humanidade.

A viagem foi no passado o processo de eleição da constituição da maioria dos museus. Na actualidade a expedição museológica obedece a códigos de ética que implica uma negociação entre os actores. O que se busca é uma partilha de saberes e conhecimentos com os distintos sectores da sociedade. Já não se trata duma actividade simplesmente recolectora, duma “troca desigual” mas sim duma actividade de conhecimento e de produção de ciência que deve implicar uma troca de saberes.

A viagem museológica é hoje essencialmente uma troca de conhecimento e saberes e de experiencias. Se retiramos conhecimento da comunidade, devemos reflectir o que é que

devolvemos em troca à comunidade. Esse é o “compromisso museológico” que mais à frente abordaremos. É por isso que “*A articulação essencial às expedições deve respeitar acordos e normas internacionais. A articulação, essencial às expedições, entre as intenções, olhares e registos, ocorre a partir de outros princípios. A lucidez e a reflexividade são assumidas a priori, na perspectiva de encontro potenciado nos percursos.*” (op.cit, 45-46)

Como metodologia de trabalho museológico a viagem é também uma forma de externalizar os museus e do os inscrever no âmbito da inovação organizacional. “*O acumulo de acervos deu lugar ao respeito à praticas culturais, as referencias patrimoniais têm, gradativamente, ocupado o espaço das colecções exaustivas, e as acções de extroversão têm procurado os caminhos da inclusão social. Hoje as expedições percorrem as suas rotas conscientes da necessidade do diálogo e do refinamento de atitudes nas trocas culturais*” (opcit, 46).

Finalmente a viagem inserindo-se num contexto de metodologia museológica clássica representa também uma atitude de inovação metodológica. “*As intenções das rotas têm sido profundamente alteradas e o registo do que é visto contam hoje com infinitos recursos tecnológicos. É preciso refinar o olhar, treina-lo para estar apto a descobrir a reentrância da cicatriz, perceber as inflexões, descobrir o relevo na inscrição, para encontrar aquilo que singulariza e identifica*” (op cit, p 46).

A condição humana e o olhar do Outro

Descobrir o singular da Ilha como memória holística é o ponto de partida para a construção do projecto museológico “Casa Muss-amb-iki”.O local é a cidade-ilha de onde deriva o nome do País, feita capital pelo Marquês de Pombal em 1752 (até 1893 quando perde esse atributo a favor daquela que é hoje Maputo). Uma identidade construída por muitas cicatrizes onde o tempo e o mundo se

presentem com especial intensidade, razão que levou à classificação da Cidade como **património da humanidade** na 15ª. Sessão do Comité do Património Mundial, realizada na cidade tunisina de Cartago, entre 9 e 13 de Dezembro de 1991. Essa classificação, feita a pedido do Estado de Moçambique⁷, foi aceite com base em dois critérios: O critério IV e VI⁸

De acordo com os critérios em vigor em 1991, o ponto IV afirmava: “*be an outstanding example of type of building or an architectural ensemble which illustrates a significant stage of history*”. Por seu turno o critério VI correspondia a “*be directly or tangibly associated with events or with ideas or beliefs of outstanding universal significance (the Committee considers that the criterion should justify inclusions in the List only in exceptional circumstances or in conjunction with others criteria)*”.

O processo apresentado justificou o critério IV como “*The town and the fortifications on the Island of Mocambique, and the smaller island of St. Laurent, are an outstanding example of an architecture in which local traditions, Portuguese influences and, to a somewhat lesser extent, Indian and Arab influences are all interwoven*” Por sua vez a justificação para o critério VI foi o seguinte. “*The Island of Mocambique bears important witness to the establishment and development of the Portuguese maritime routes between Western Europe and the Indian sub-continent and and thence all of Asia*”.⁹

Essa classificação permitiu uma atenção particular do mundo a este espaço. Assumia-se que ele representava o resultado de um processo importante na história da humanidade. Um ponto de

⁷ As candidaturas são efectuadas pelos Estados Membros.

⁸ A Convenção para a Protecção da Herança Cultural e Natural Mundial, foi assinada em 16 de Novembro de 1971 e foi adoptada na 17ª Assembleia Geral da Unesco, realizada em Paris, entre 17 e 21 de Novembro de 1972.

⁹ Recomendação do ICOMOS em 1 de Outubro de 1990, relativa ao sítio 599 da World Heritage List

encontro em África entre a Europa o Oriente. Assumia-se como um caso singular.

O nosso encontro com o espaço deu-se numa viagem de lazer em 2006. A Ilha de Moçambique não era um local completamente desconhecido para nós. Havíamos visto exposições sobre a ilha¹⁰ e tínhamos lido várias referências ao local na abundante literatura sobre a Ilha de Moçambique. A primeira visita a um sítio desperta sempre emoções. E essas emoções tornaram-se rapidamente em interrogações que nos foram inquietando. As questões eram as seguintes: O espaço e as gentes apresentavam-se como qualquer coisa de único. Isto em si não é relevante porque todos os sítios são à sua maneira únicos. Pela experiência todos sabemos que há locais, seja pela sua beleza, seja pela sua vivência, seja pela sua formatação que nos fornecem especiais emoções. Este é sem dúvida um desses espaços. Há qualquer coisa nestes sítios que nos transportam para a totalidade que representa o Mundo. Foi a busca desses significados que nos motivou na hora da escolha do projecto.

As primeiras observações revelavam um da diferença na formatação do espaço e uma diversidade de gentes que o habitavam. O Espaço era constituído por duas cidades, uma de pedra e cal e outra de Makuti¹¹. As gentes que a povoam são numa observação despreocupada – diferentes: Na rua cruzavam-se africanos, indianos, mulatos, brancos. As roupas e os costumes exuberantes nas cores e nas formas, com os trajes africanos, muçulmanos e europeus a misturarem-se numa sinfonia de cores e formas. Mesquitas, Igrejas e um templo Hindu lado a lado com

¹⁰ Nos anos oitenta a Fundação Gulbenkian em Lisboa havia organizado uma exposição sobre a Ilha de Moçambique veja-se FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1983) ILHA DE Moçambique em perigo de desaparecimento, Lisboa, Catálogo da Exposição Também, na década de noventa, os trabalhos da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses havia efectuado uma exposição onde incluía o caso da Ilha de Moçambique. Veja-se sobre este assunto, Henriques, (1998)

¹¹ Makuti é uma palavra macua para colmo. A cidade Makuti é a cidade de colmo e matoque (adobe), o espaço africano que se opunha ao espaço europeizado, construído em pedra.

castelos-fortalezas. Sabores orientais misturados com sabores africanos e europeus. Depois, os textos, que falavam de local de *Encontro de Culturas. De Espaço Multicultural...*

Entre os textos, as vivências e as imagens este era um espaço vivo e vivido por muita gente. Vivido de muitas e diversas formas. Uns viviam em ruínas de casas, outros em “casas-palácios” conservadas com processos tecnológicos arcaicos. Uns viviam em casas de colmo, outros em casa de telhado de zinco ou lusalite. O pão carcaça vendia-se na rua misturado com cocos e com mangas. Uns comiam matapa, outros caris e ainda outras batatas fritas. Uns respeitavam o Ramadão enquanto o vizinho abandonou o jejum. Muitos jejuam porque o dia-a-dia é muito difícil numa cidade-ilha que vive da pesca e do turismo. Uns dormem na rua, outros em quitandas nas aloteias branca de cal. Uns andam descalços enquanto outros usam chinelos e muito poucos sapatos. Como que se o mundo todo estivesse num só local. Muito próximo.

Mas para além do que se observa e sentia persistia como uma interrogação de fundo. Qual é o espírito do local? Onde é que estão as suas memórias? Porque é que este local tem tantas cicatrizes? Onde é que está o seu olhar museológico?

A cidade é por definição um espaço multicultural, nesta cidade, há uma evidencia no cruzamento das culturas, quase como que essa fosse a sua razão de ser. Não é vulgar um cruzamento tão acentuado entre africanidade, europeidade e indianidade. Isto é claro que estávamos a utilizar um sistema de categorias marcado pela busca da pertença a uma unidade. Mas será que essas unidades existem efectivamente, ou esta é uma característica diferenciadora desta comunidade. E se invertêssemos o processo de pesquisa. Em vez de procuramos as raízes de cada uma das culturas, assumíssemos a cidade-ilha como uma cultura.

É claro que pela abordagem das categorias das unidades culturais a História explicava muitas coisas. O comércio foi

obviamente a razão da construção da cidade de pedra. As funções comerciais, de porta de entrada no espaço continental, explicavam a necessidade de grandes armazéns. Casas-armazéns, Em baixo as mercadorias, no primeiro andar a residência. Em algumas delas ainda são visíveis os pátios, as cisternas da água. Claro que como porta de entrada era também porta de saída das mercadorias produzidas. Durante centenas de anos as mercadorias comercializadas incluíam o ignóbil tráfico negreiro. Cento e cinquenta anos de especialização produtiva que permitiu a construção da cidade. Do lado da cidade Makuti, a ocupação é posterior. Findo o tráfico negreiro e perante o fim das ordens religiosas, a quem essa metade da ilha pertencia, a população do continente aproxima-se da cidade. Habita-a. Primeiro segregadamente, depois de pleno direito conquistado que foi a tão desejada independência. A guerra, o fim das funções administrativas, os refugiados explicam bastantes coisas. Mas 20 anos depois da classificação patrimonial parece que pouco ainda foi feito e a imagem geral ainda é a de uma cidade ferida, uma cidade ainda dual onde ainda falta criar muitas das condições básicas. É certo que muito foi também feito e a cidade ainda é expectante da sua nova especialização produtiva, com base no tão desejado “Turismo”, que actualmente parece ser solução para tantos espaços.

Mas se em vez de olharmos pela dinâmica do passado olhássemos pelo presente. Se olhássemos pelo seu panorama museológico. Na ilha existem três museus: O Palácio de São Paulo, dito de Artes Decorativas, O Museu da Marinha, e o Museu de Arte Sacra. Na verdade são 4 núcleos expositivos, geridos pela mesma entidade pública “Os museus da Ilha”. O primeiro museu a abrir¹² foi o de Arte Sacra em 1969. Este núcleo instalou-se nas dependências

¹² Há notícias da existência, em 1889, da instalação de um museu na Fortaleza de São Sebastião, constituído por peças de artilharia, bandeiras, tambores e bastões pertencentes às autoridades locais. Este museu manteve-se até aos anos 50. Nessa data a fortaleza teve grandes obras de beneficiação. Parte deste espólio foi mais tarde integrado no Museu de Marinha. Veja-se COSTA, Alda (2002), “Os museus da Ilha de Moçambique e os tesouros que encerram”, In Revista Indico, nº , pp 40-44, Maputo

do antigo Hospital da Misericórdia, na igreja do mesmo nome e reuniu peças de ourivesaria em prata, escultura em madeira, mobiliário, pintura e várias peças sacerdotais. Este museu contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que apoiou o restauro de peças de culto recolhidas nas igrejas de ilha. Entretanto a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, instituição colonial responsável pelo património efectuava obras do Palácio de São Paulo, antiga residência dos governadores, para instalação de um museu. Nele foram usadas peças de mobiliário indo-português. *“Uma vez que pouco mobiliário restara da antiga residência faustosa de estilo oriental que o Palácio parece ter sido, a Comissão reuniu mobiliário que foi comprado partido, na ilha e continente fronteiriço e até em Lourenço Marques e restaurado na capital e integrado no Palácio dos Capitães Generais na sua época dourada dos séculos XVIII e XIX”*.¹³. O museu abrirá ao público em 1971.

Finalmente em 1972 abriu o Museu da Marinha, constituída por peças de artilharia naval, âncoras, instrumentos náuticos, réplicas de embarcações locais e miniaturas de embarcações à escala, num processo apoiado pela instituição homóloga de Lisboa. É neste museu que em 2009 é instalada a “2ª fase” do museu da marinha, constituída por um núcleo de peças de cerâmicas chinesas, moedas e outros instrumentos, recolhidas pela empresa Arqueonautas, que desde 2002 exploram a área fronteiriça da ilha.

O que é estes museus nos dizem sobre esta ilha? Que herança é esta? Para além do indiscutível valor das peças, que aliás ainda estão parcialmente estudadas, estes núcleos falam-nos essencialmente do domínio da ilha pelos portugueses. São museus com os objectos encerrados nas vitrinas, com a circulação condicionada pelo ritmo dos guias. São museus gerados noutros tempos com um conceito ultrapassado, com uma organização

¹³ COSTA, Alda (1994) “Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir.” In Actas IV Encontro de Museus da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Macau, 28 de Fevereiro -3 de Março de 1994, p.38

expositiva clássica, com uma linguagem expográfica relativamente empobrecida num espaço expográfico limitado¹⁴. Nestes museus não encontramos a memória do que foi a ilha. Das suas dinâmicas¹⁵. Do que as pessoas sentem. As pessoas da Ilha não frequentam o museu. Nele não encontram o seu património nem as suas memórias. Mas não deixa de ser significativa a existência destes espaços museológicos na ilha. Mais uma singularidade.

Neste contexto, partindo do presente onde é que o olhar museológico se deverá focalizar. A museologia, enquanto ciência de acção, implicada com a inclusão social o que é que pode hoje trocar com este espaço. Com verificamos as abordagens da ilha podem ser múltiplas. Mas o que nos interessa como museólogo é inscrever as trocas no âmbito dos elementos mnemónicos da comunidade, para a partir deles favorecer a criação acções de inclusão e de serviços à comunidade. É essa a função que procuramos. E aqui a grande questão com que nos defrontamos. A necessidade de um novo museu construído a partir da memória vivida pelos habitantes da ilha.

E esta foi o objectivo da nossa viagem. Identificar as memórias da comunidade para a partir delas construir um processo museológico. Viajamos e interrogamos local. Onde é que está a sua memória. Onde está a sua identidade? Identidade é aquilo que torna parte de um conjunto. Inclui e ao mesmo tempo exclui. Inclui o que é

¹⁴ Neste artigo não é nosso objectivo desenvolver detalhadamente uma análise dos museus. Isso será efectuado noutro momento

¹⁵ Por exemplo, não existe uma única referência a questão do comércio de escravos. Na ilha, existe um Jardim da Memória, inaugurado em 2007 com apoio da embaixada de França. Tão pouco este museu reflecte sua a herança africana. Há, segundo sabemos, uma sala de ourivesaria, em tempos uma arte muito desenvolvida pelos artesões da ilha. Todavia essa sala encontra-se encerrada. A única presença do negro que encontramos foi numa tapeçaria com base no tema da ilha dos amores de Luís de Camões. A temática camoniana é um património presente na ilha. Em 1969, a propósito da comemoração dos 400 anos da passagem do peta pela lha, os portugueses desenvolveram um conjunto de eventos, que passou pela inauguração da duas estátuas, a referenciação da casa onde o poeta terá vivido. A presença do negro na tapeçaria demonstra a intencionalidade de identificar a Ilha de Moçambique com a Ilha dos Amores, a ilha mítica do Poeta.

e exclui o que não é. Tal como a memória que selecciona o que valor de rememoração e esquece o que não tem valor, ou sendo um valor negativo olvida.

Neste sentido, memória é um campo de valores, de significados sociais relevantes susceptíveis de mobilizar ou alocar uma acção. De se transformar em comportamentos sociais. A memória pode incorporar os processos identitários e reformula-los incorporando novos conjuntos. Assim sendo a memória é um conceito operativo e a identidade um processo de inclusão/exclusão social. Como conceito operativo a memória incorpora valores antinómicos, e pode ser analisada pela ciência social.

Se utilizarmos a metáfora da Casa¹⁶, que exprime o que é incluído num conjunto identidade pode ser comparada à ideia da casa O conceito de casa implica uma delimitação no espaço: o interior e o exterior. O interior, ordenado, conhecido. O exterior ignoto, cheio de perigos. Esta antinomia gera um campo de alteridade entre o que inclui e o que exclui. O que se inclui está mapeado, referenciado, dominado. Há um domínio de um canal de comunicação com códigos partilhados, ainda que no seu interior estes possam ser manipulados de forma diferenciada em função das relações de poder. Os que partilham a casa partilham os mesmos códigos. As casas por sua vez podem agrupar-se em cidades, onde igualmente os mesmos códigos são partilhados. No entanto, como sabemos, nem todas as casas são iguais, nem todas as áreas das cidades partilham das mesmas identidades. Os habitantes das cidades, à medida que dominam os espaços, aprendem também a dominar os sítios que lhe são favoráveis e os que não são. Há em todos estes espaços códigos que são comuns e códigos diferentes.

O Museu tradicionalmente é uma casa. Ainda que hoje possamos desmaterializar os conteúdos nos espaços físicos, seja

¹⁶ A metáfora Casa é escolhida porque esse conceito faz parte constituinte do processo museológico "Casa Muss-amb-iki"

considerando uma área como museu, ou simplesmente criando museus virtuais, há em comum a todos eles a condição de inclusão de memórias identitárias. Ou seja o museu é espaço de valores de referência para um dado conjunto social que habita num determinado espaço. Ora se o espaço duma comunidade (duma casa ou duma cidade) pode ser mapeado, tínhamos que mapear igualmente as memórias (do ou dos grupos) dos espaços. Estava claro que o diagnóstico museológico não é identificar a memória dum indivíduo, mas sim a memória partilhada. A parte de memória dos indivíduos que é vivida pelo conjunto.

Neste ponto do nosso trabalho, quando começamos a interrogar os habitantes da ilha em busca das suas memórias o nosso trabalho ganhou complexidade. Queríamos recensar as memórias destes habitantes: Na sua diversidade. E aqui os conceitos operativos clássicos não funcionavam. Quando entramos no terreno, quando começamos a falar com as pessoas, os discursos estavam já previamente preparados. Através deles apenas entrava no interior das ideias dominantes. Os nossos interlocutores, líderes locais, não alocavam memórias mas sim intenções ancorados em memórias.

A cidade-ilha debate-se hoje com um profundo dilema. A cidade surge a partir da sua tripla função militar, comercial e religiosa. A partir de 1756 adiciona funções administrativas. A função administrativa instala-se sobre os espaços religiosos (a companhia de Jesus é expulsa) e torna-se capital da Província colónia, deixando de depender do vice-reinado de Goa. A renda do comércio vai ser o que permite pagar a administração do Estado pombalino. O comércio de escravos será a partir daí o sinal da prosperidade da colónia. A renda do governo vem da taxação do comércio que se concentra aí. Comercializa-se do interior ouro, marfim e escravos. Troca-se por missangas e outros objectos de adorno. Por vicissitudes várias que não alocamos para aqui, a cidade ilha torna-se a capital da escravatura, para as Américas, para as Índias e para as Ilhas do Índico. Com a interdição do tráfico negreiro, na segunda

metade do século, a crise sobrevém. Os circuitos comerciais deslocalizam-se. A capital da província, em 1893, é também transferida para Sul, para perto das zonas de colonização efectiva (no Transval por onde saía o ouro). Finalmente na década de sessenta a construção do Porto de Nacala, a Norte, retira as funções portuárias ao que acresce a transferência da capital provincial para a nova cidade de Nampula. É o fim deste modelo que, ainda no tempo colonial, determina a criação duma nova especialização territorial: O turismo.

O Turismo, então em grande crescimento em todo o mundo, surgia como uma oportunidade para a manutenção do espaço. A guerra colonial, iniciada em 1964 no Norte no entanto não permitiu um grande desenvolvimento desses serviços. Aproveitou-se a ilha como o num espaço de lazer para militares, servindo o forte de São Sebastião como hotel-caserna. Com o fim dessa guerra colonial e a independência do país deu-se a debandada dos colonos. Sobreveio uma guerra civil e a cidade-ilha enche-se de refugiados na sua própria terra. No plano da economia os dez anos de socialismo (1975-1984) e dez anos de recomposição da economia de mercado (1984-1994) pouco alteraram na situação da ilha. Pouco mas deram-se alguns passos. As possibilidades de compra de imóveis, juntamente com uma estratégia deliberada de favorecer o crescimento duma “burguesia nacional” favoreceram o surgimento dos primeiros sinais da recomposição da especialização produtiva. A classificação da UNESCO da cidade-ilha como Património da Humanidade é um passo desta estratégia de recuperação da especialização produtiva.

A recomposição do tecido produtivo porém tarda. A cidade-ilha acolhera milhares de refugiados que passaram a ocupar os espaços urbanos. A cidade-ilha africaniza-se. Muitos dos refugiados não dispunham de utensilagem de uso de construções urbanas. A madeira por exemplo era usada como combustível. Sem manutenção a ruína instalara-se nas casa da cidade de pedra. Em

1991 era preciso recuperar o edificado e o tecido social, tal como a UNESCO a classificara. Era uma porta aberta para o novo modelo, um importante reconhecimento da sua especificidade. Mas a UNESCO não era directamente doadora. Sucederam-se os estudos. Equipas de peritos propunham “acções imediatas”, seleccionavam edificado a recuperar e profissões a apoiar. São muitos os relatórios, mas as acções são mais lentas. Todos eles são escritos por consultores competentes, com análises competentes. As suas conclusões são pertinentes e as acções propostas são razoáveis. Mas o que é visível é ainda relativamente incipiente. A reabilitação tem sido feita essencialmente por entidades privadas apostadas que estão no desenvolvimento de equipamentos turísticos. Essencialmente “Guest-houses”, restauração e lojas, e pequenos serviços ao turista, e segundas residências. A população local pouco tem beneficiado com o facto de viverem num sítio “Património da Humanidade”, embora ironicamente poucos sejam os locais que tão bem representam essa nossa humanidade.

Em suma a cidade-ilha defronta-se com uma tensão em relação ao seu futuro, que sinteticamente poderíamos resumir entre a escolha de um modelo de desenvolvimento turístico como sector chave do desenvolvimento social, ou um modelo de desenvolvimento social apoiado pelo turismo. Não é este o nosso campo de análise. Interessa-nos reconhecê-lo para problematizar o nosso processo museológico. E como sabemos não existe uma museologia neutra, fora do tempo e do espaço e sem considerar as relações de força em jogo.

A casa como espaço de memórias é também um espaço de esquecimento. As escolhas no processo de reconhecimento mnemónico, no seu diagnóstico, implicam a consciência do que vai ser alocado. O que vai ser alocado é o que portador de valor social, reconhecido como tal pela comunidade. A questão passa também por identificar os processos de participação na identificação da memória dessa comunidade.

Quando se abandona a aldeia e se passa a viver na cidade, face à multiplicação dos canais de referência as relações complexificam-se. Há vários mapas a referenciar. Há vários espaços e vários tempos que convivem. A cidade, como espaço de modernidade opera uma ruptura com o espaço e o tempo tradicional da aldeia. A ruptura é um processo necessário à inclusão das novas referências que se sobrepõem às pré-existentes. A ilha é, formalmente uma cidade. A sua cultura é também urbana. Nela encontramos vários os processos de diálogo entre a tradição e a modernidade, entre o passado e o presente, entre o ser e o estar. Encontramos múltiplos canais que fazem desta nossa casa um objecto holístico.

A memória já existe. Já está a ser mobilizada. Como é que nós a operamos e como é que a partir desse reconhecimento podemos construir o nosso compromisso museológico. Como é que identificamos a condição humana em busca dos elementos de valor.

O compromisso museológico

Constituindo a memória um campo de valores, cada grupo dispõe dum conjunto de referências que o situam em relação ao mundo. Cada grupo mobiliza as suas referências para uma dada representação social que exprime uma negociação permanente com o outro. A partilha do código dominante, o seu sistema de valores, é um processo que exclui a participação de outros códigos. Quem domina a ferramenta da língua dispõe de mais instrumentos de acção social. Quem ultrapassa com sucesso as várias etapas do processo educativo dispõe de vantagens competitivas. Tal como quem frequenta certos círculos sociais dispõe de mais capacidade de persuasão. A pertença ao grupo implica igualmente o conhecimento e o domínio da memória desse grupo. Consequentemente a rejeição de outras. Mas a inovação social não é construída na tradição mas sim na capacidade de reelaboração

dos códigos. Da capacidade de cada grupo fazer incluir os códigos do outro no seu próprio código. As memórias estão portanto em constante reelaboração.

A memória é dinâmica e o seu campo de valor está constantemente a ser acrescentado. A tensão entre a tradição e a modernidade é criada pela consciencialização na necessidade de criar um processo de inclusão que represente toda a comunidade.

A consciência da inclusão hibridizante permite negociar os campos de tensão. Toma dos dois lados, aproveitando as características de ambos que melhor se adapta ao ambiente. A não consciência do processo de hibridização, a recusa do reconhecimento do outro gera a ausência de processos de diálogo. Sem diálogo gera-se a ruptura. A resolução desse conflito tem consequências para o espaço. Se o que acontece num determinado espaço não é reconhecido como elementos de valor por uma parte dos seus habitantes, esse espaço é ignorado. A tensão que permanece transfere-se para outros campos.

Os museus como espaços de tradição são portanto representações dum memória estática, uma expressão dum poder cristalizado num determinado tempo. Essa é a imagem dos museus da ilha. Imagens dum não tempo. Dum tempo que afinal nunca existiu, porque foi inventado para representar uma ideia, na época dominante.

O processo museológico enquanto campo de negociação das tensões da comunidade tem que ser dinâmico e inclusivo. O que está excluído não participa do processo de conhecimento. Se não participa do processo de conhecimento, se a sua memória não é reconhecida não pode ser mobilizada. Sem a memória de todos não pode criar-se integração. Sem criar um canal de comunicação para as memórias não se pode reconhecer as autonomias identitárias. Por isso, um museu de ideias, sem um compromisso com a comunidade não exprime uma função social.

Por exemplo os ritos, de passagem de ano, de iniciação apresentam-se como espaços de continuidade entre o arcaico e o moderno. Entre essa a tradição e a nossa modernidade podem-se construir campos de exclusão ou pode-se gerar campos de inclusão. Tal como a escola, sem reconhecer as identidades não favorece a inclusão.

A casa como refúgio original permanece como metáfora. A cidade é um conjunto de casas, na maioria dos casos sobrepostas e de funções complexas. Os indivíduos e os grupos movimentam-se entre elas com ritmos e ritos. Mas os excluídos não tem espaços nem tempos. Podem ser ignorados, escoraçados ou mesmo expulsos. São os lugares não habitados das cidades.

A casa do museu, espaço onde se guardam as memórias do tempo dessa cidade, são tributárias dum valor social. A geração deste valor é multivariado. Tem que ser gerado pela participação dos vários elementos. No caso da “Casa Muss-amb-ike” o multivariabilidade implica o reconhecimento das várias memórias como elemento constituinte do seu futuro. Esse reconhecimento representa o nosso compromisso. Um compromisso duplo, de nos relacionarmos com a ciência museológica e com a comunidade acrescentando-lhe uma função social.

Durante muito tempo o museu carregou objectos do mundo exterior para o interior dos museus. Observava-os analisava-os, expunha-os e conservava-os em função do valor atribuído para o conhecimento do mundo exterior, ou mesmo como um espelho de si mesmo. Desse mesmo mundo que representava. Um mundo de ordem conhecida, em que cada peça preenche um espaço duma memória que conserva significados.

Esta nossa viagem constitui uma experiencia sensorial que identificou uma situação. Ao olhar sobre o outro, ao tentar criar processos de reconhecimento das identidades dos outros, um exercício feito a partir da confrontação entre o que nos é familiar e o

que não conhecemos. O que concluímos foi que esse caminho é longo e necessitava duma construção de instrumentos de análise que nos permitissem identificar o campo mnemónico desta comunidade. Um reconhecimento ajustado a sua especificidade e diversidade.¹⁷

O processo de apropriação do outro leva-nos à construção da sua inteligibilidade pela sua integração nas nossas categorias de conhecimento. Entre o que nos apropriamos, seja como objecto material, seja como conhecimento, como ideias ou produção de sentidos, leva-nos à classificação e a ordenação desse novo mundo. Uma operação que amplia os nossos mapas de referência da diferença, e através deles permite-nos a sua apropriação e a ampliação da nossa capacidade de leitura das relações e tensões na vida social. Mas como essa apropriação constitui sempre uma relação, o nosso conhecimento também é partilhado com aqueles com quem contactamos. Também eles se reconstróem a si próprios.

É essa partilha que dá sentido à implicação, ao engajamento nos processos. A motivação é esse compromisso de estarmos juntos e dispostos e a caminhar juntos. Sem um compromisso com os outros não é possível a museologia de acção. Sem esta compreensão de que todos somos necessários não podemos assumir a nossa condição de museólogos.

Referências Bibliográficas

BRUNO, Cristina, (2004) “As expedições em cenário museal”, in **Expedição São Paulo 450 anos: Museu da Cidade de São Paulo**, São Paulo 2004, pp. 36-47

CANCLINI, Nestor, Garcia, (2008), ***Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade***, São Paulo, ed. SUP, p 169

¹⁷ Durante esta viagem procuramos testar vários instrumentos metodológicos de análise. Apenas tivemos possibilidade de testar algumas hipóteses, que durante os próximos meses iremos desenvolver e validar

- COSTA, Alda (1994) "**Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir.**" In Actas IV Encontro de Museus da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Macau, 28 de Fevereiro -3 de Março de 1994, p.38
- COSTA, Alda (2002), "Os museus da Ilha de Moçambique e os tesouros que encerram", In **Revista Indico**, nº , pp 40-44, Maputo
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1983) **Ilha de Moçambique** em perigo de desaparecimento, Lisboa, Catálogo da Exposição
- HENRIQUES, Isabel de Castro (1998) "**Espaços e Cidades em Moçambique** (Catálogo da Exposição) Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses
- LE GOFF, Jacques (1997) "Memória" in **Enciclopédia Enaudi – Memória-História**, nº 1, , Lisboa, INCM, pp 11-50
- LEITE, Pedro Pereira (2009), " Casa Muss-amb-iki : esboço dum processo museológico para a Ilha de Moçambique" intervenção efectuada no "Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola", realizado em 13 de Outubro de 2009, na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto, numa organização da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.(no prelo)
- MALRAUX, André Malraux, (1964) ,**A Condição Humana** (La Condition Humaine),, edição Portuguesa Lisboa, Livros do Brasil, tradução de Jorge de Sena.
- UNESCO (1971) **Convenção para a Protecção da Herança Cultural e Natural Mundial**, foi assinada em 16 de Novembro de 1971.

